

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • Nº 37 • Maio • 1992

ENTREVISTA

Paulo Rabello

“Nosso problema é tempo”

**Novo projeto
para patentes
vai atender
interesse de
lobbies**

Páginas 3 a 5

**O eco-pessimismo
pode descartar
questões
mais
importantes**

Páginas 9 a 10

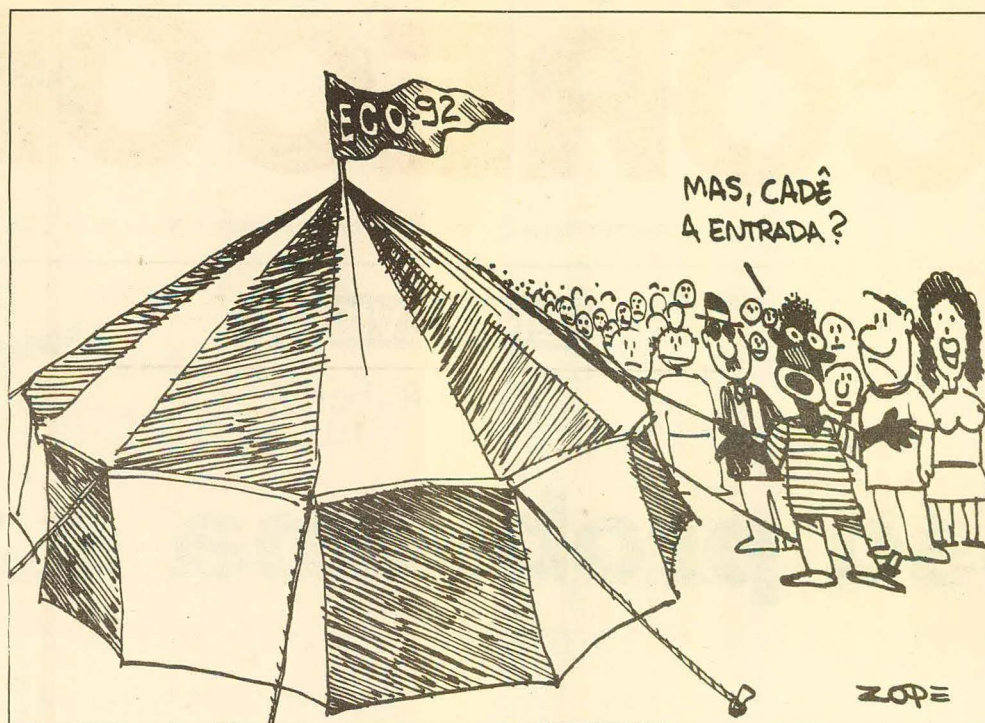


A luta pelo desenvolvimento, uma aspiração legítima para a maior parte da população mundial, não deve ignorar, nos dias atuais, a questão ecológica.

O cerne do problema, entretanto, reside no fato de ser, cada vez mais, a questão ecológica um fenômeno planetário, enquanto que o desenvolvimento econômico continua sendo um processo que se desdobra, querendo ou não os nossos liberais de plantão, dentro de economias nacionais, sendo estas — com todos os elementos que a caracterizam, inclusive o controle de seus mercados — uma de suas condições.

Existe portanto contradição entre o interesse nacional pelo desenvolvimento e um interesse mais universal que envolve a preservação de recursos naturais e controle da qualidade ambiental. A superação desta contradição, entretanto, não poderá ser feita, no horizonte histórico que vivemos, abdicando-se da dimensão nacional, por mais que os discursos ligeiros, em moda nos dias atuais, relevem os aspectos internacionais.

Não é incorreto pensarmos que o passivo ambiental existente é a contrapartida do desenvolvimento já realizado e que as nações hoje desenvolvi-



das cresceram sem levar em conta as questões ambientais. O fato de que a consciência ecológica tenha se cristalizado recentemente nesses países não deve obscurecer a realidade de que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela poluição mundial.

O desenvolvimento econômico baseado em um padrão tecnológico diferente do que construiu o mundo moderno há de custar mais caro na medida em que o novo padrão, mais limpo, necessariamente internaliza custos que no passado não eram apropriados em nível microeconômicos. Portanto, para os países atrasados, o fardo da luta pelo desenvolvimento se tornou mais pesado na medida em que um novo estilo de desenvolvimento entrou na ordem do dia.

Diante disto, afirmando nosso direito inalienável ao desenvolvimento, devemos explicitar que os encargos decorrentes de um crescimento limpo cabem principalmente aos paí-

ses ricos. Não há dúvidas de que o Brasil não deverá abrir mão do desenvolvimento econômico, nem da exploração de seus recursos. Entretanto, para realizarmos tal tarefa minimizando os custos ambientais é necessário que os países hoje ricos, aqueles que foram e ainda são os principais responsáveis pela questão ecológica que assola o planeta, transfiram recursos para os países atrasados sem nenhuma contrapartida no que se refere a nossa plena soberania.

O preço de um mundo limpo não pode ser nem a manutenção da miséria e do subdesenvolvimento nem a perda de soberania e virtual colonização dos países hoje atrasados. Os países ricos devem pagar pelo desenvolvimento equilibrado em escala mundial e não pela intocabilidade das áreas ainda inexploradas. Este é o preço pelo seu desenvolvimento, e é essa a verdadeira discussão que a Eco-92 deve enfrentar.

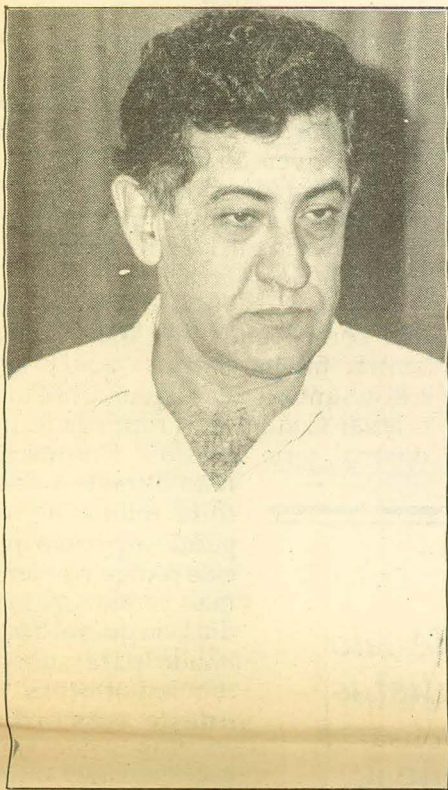
■ Representantes dos Corecon de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo reuniram-se no último dia 22, em Vitória (ES), para discutir a proposta de modificação da lei que regulamenta a profissão do economista (Lei no 1.411 de 13.08.51), durante o VI Encontro dos Conselhos Regionais do Sudeste.

A discussão principal do encontro foi a necessidade de se aprovar o anteprojeto de lei no XVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), a ser realizado em outubro deste ano, em Florianópolis (SC). Todos os representantes dos conselhos regionais do Sudeste concordaram com a necessidade de se priorizar a discussão da nova lei que regulamentará a profissão e promoverá, também, uma estrutura mais moderna para o sistema Corecon/Cofecon.

Essa modernização passa por alguns tópicos, como o processo de eleição do Cofecon e o mandato dos conselheiros. A discussão deve abordar, ainda, a atuação coordenada do Cofecon com os Corecons e a divisão de recursos entre essas entidades.

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054. Tel.: (021) 224-0578, Ramais B-3 e B-4. Presidente: Carlos Francisco Teodoro Machado Ribeiro Lessa. Vice-Presidente: Maurício Buzanovsky. Conselheiros Efetivos: Marcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araujo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascouito da Rocha. Conselheiros Suplentes: Airton de Albuquerque Queiroz, Lia Haseinclever, Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Carlos Augusto Callou, Alexandre Baptista Freire. Secretária de Coordenação: José Publío de Almeida Cunha. Secretária de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro. Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-8333. Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária Angela Peixoto. INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. Diretor Responsável: Márcio Henrique M. de Castro. Conselho Editorial: Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. Coordenação e Edição: Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel.: (021) 220-5444. Diagramação: Rama. Secretária: Angela Peixoto. Editoração Eletrônica: Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906 Fotografia: Floriano Vieira. Ilustração: Zope. Fotolito e Impressão: Monitor Mercantil. Tiragem: 20.000 exemplares. Periodicidade: mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

A nova Lei de Patentes



Paulo Pedreira

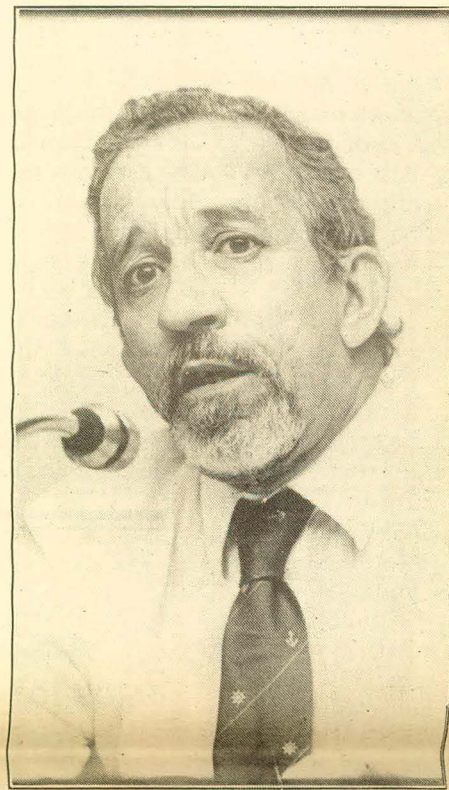
■ Na última edição do INFORME CORECON, o deputado Odacir Klein (PMDB-SC), afirmava que o governo, sensível a "pressões internacionais", empenharia mais esforços na reformulação do Código de Propriedade Industrial. Neste número, ao publicarmos as palestras de Paulo Pedreira, representante da Associação de Funcionários do INPI, e de Antonio Barbosa, economista da Finep e ex-diretor do INPI, especialista em propriedade industrial, fica claro que há muitas barreiras para que o projeto enviado pelo governo ao Congresso seja votado no curto prazo.

A impressão que resta, após as exposições de Pedreira e Barbosa, é que a comissão especial do Congresso que estuda o projeto envolveu-se em tal emaranhado de propostas e discussões — em boa parte pela atuação dos lobbies — que a definição de uma lei em substituição ao atual código está distante.

Até agora, o projeto recebeu 936 emendas, e há cinco substitutivos. Nas palavras de Antonio Barbosa, o governo se encontra numa situação "no mínimo delicada". Para Paulo Pedreira, "o perigo é que se aprove um projeto muito pior do que o apresentado pelo governo, que estava longe do ideal".

Pedreira e Barbosa apresentaram seus pontos de vista num debate promovido pelo Corecon, Clube de Engenharia, Afimpi, Aepet e Sindicato dos Químicos do Rio, no dia 18 de maio. Nelson Brasil, da Abifina, e o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), que preside a comissão especial, não puderam comparecer, presos a compromissos em São Paulo.

Publicamos, a seguir, a íntegra das palestras feitas no debate "A Reformulação da Lei de Marcas e Patentes".



Antonio Barbosa

Qual o objetivo do Governo?

Paulo Pedreira

“Qualquer discussão sobre o assunto deve partir da resposta a uma pergunta básica: para que serve uma lei sobre a propriedade industrial? Essa pergunta não é nova, foi feita por muitos povos, e há muitos anos. Um exemplo de sociedade que fez essa pergunta, com uma resposta muito interessante — aliás, uma resposta pioneira — foi Veneza, no ano de 1474. O senado de Veneza publicou, em 19 de março daquele ano, uma lei que foi revolucionária e tinha duas grandes qualidades: era simples e clara, qualidades não muito abundantes no Brasil.

A lei protegia qualquer pessoa que, naquela República, fizesse "uma nova e engenhosa invenção, jamais realizada anteriormente em nosso território". Para que a lei? Visava promover a introdução de novas indústrias no Estado de Veneza. O que significa, numa linguagem moderna, o estímulo à introdução de inovações tecnológicas.

Vamos para o caso brasileiro. O governo enviou ao Congresso, em 30 de

abril de 1991, um projeto de lei que alterava o Código de Propriedade Industrial em vigor. Com que objetivo? Com relação a isso, há divergências. Há um grupo de pessoas que acha que o objetivo desse projeto é atender às exigências de empresas norte-americanas que têm como porta-voz o governo da nação mais poderosa do planeta, os Estados Unidos. Existem outras interpretações. O governo não pensa assim.

Para ele, esse projeto de lei é um dos instrumentos para a implantação de uma nova política industrial de comércio exterior, uma vez que esse governo con-

sidera que a política anterior, baseada na substituição de importações, estaria

exaurida. Já em 27 de junho de 1990 o governo lançou um documento, intitulado "Diretrizes Gerais para a Política

Industrial de Comércio Exterior". Há nele um conjunto de ações bastante complexas e, embora tenha sido publicado em todos os jornais, é importante resgatar aquilo que o governo definiu como estratégias para a implementação dessa política. Ele cita cinco estratégias, calcadas na redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, que são as seguintes:

— eliminações da distribuição indiscriminada e não-transparente de incentivos e subsídios, e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrên-

cia, criando um ambiente interno mais competitivo;

— reestruturação competitiva da indústria, através de mecanismos de coordenação e mobilização de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica;

— fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e do desenvolvimento de novos setores, através de maior especialização da produção;

— exposição planejada da indústria brasileira à competição internacional, possibilitando a inserção mais favorável da economia no mercado interno, e o aumento da competição em segmentos industriais oligopolizados;

— capacitação tecnológica das empresas nacionais, entendida como a capacidade de selecionar, absorver e melhorar ou desenvolver tecnologias através da proteção tarifária seletiva de segmentos das indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores da economia.

O governo desenhou uma estratégia

"Governo acha que outro projeto vai ajudar implementação de nova política industrial"

em que ele se comprometia a desenvolver uma série de ações e uma reformulação da legislação, em particular no que se refere à propriedade industrial. Nesse documento o governo se comprometia a enviar, até meados de 1991, uma proposta de mudança do atual Código, sendo que determinados itens, que seriam mudados, já estavam previamente anunciados, como a questão da indústria farmacêutica. Essa tarefa foi cumprida de forma eficiente, pelo menos no que se refere a cronograma.

O projeto foi enviado ao Congresso em regime de urgência, e quase foi votado. Algumas pessoas alertaram os parlamentares. Vocês se recordam que, em abril de 1990, o país era governado à base de decretos-leis. Estavam tentando mudar um código através de uma lei, o que é complicado. Então, houve uma parada e decidiu-se enviar o projeto à Comissão de Justiça, onde a matéria foi examinada, e o parecer foi de que a tramitação deveria ser diferente, pois se tratava de um código. Os parlamentares deliberaram, então, tratar a questão numa comissão especial, que, atualmente, é presidida pelo deputado Alberto Goldman e tem o deputado Nei Lopes como relator.

Aqui cabe um comentário. O projeto tem três aspectos que, claramente, podem ser indicadores de que o governo agiu, no mínimo de forma leviana. O governo já definia questões que, naquele exato momento, estavam sendo objeto de negociação no GATT. Também definia concessão de patentes para a área

de biotecnologia, que está sendo alvo de muitas discussões hoje, nas conferências preparatórias para a Eco-92, mais especificamente na convenção sobre a Biodiversidade. Não há consenso sobre os problemas que envolvem a área de biotecnologia. Tenho um documento da embaixada norte-americana, de março de 1992, que versa sobre a Eco-92 e, em síntese, nele se afirma que deve-se considerar a diversidade biológica um patrimônio da humanidade. Em terceiro lugar, o governo queria aprovar imediatamente o projeto de lei sobre propriedade industrial que substitui o código em vigor, independentemente da tomada das outras ações.

Uma das premissas básicas dessa alteração foi que o Brasil, em quatro anos, dobraria os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Ou seja, passaria de 0,7% do PIB para 1,5% do PIB em 1994. No papel, tem as tabelinhas, tudo discriminado, recursos públicos, privados. Seria no mínimo leviano o Congresso aprovar esse projeto de lei sem considerar uma análise do conjunto da política.

Bem, como está a discussão na comissão especial? Apresentaram 936 emendas ao projeto do governo. Muitos lobbies começaram a atuar sobre ela, e os parlamentares não tinham o conhecimento necessário para esgotar o assunto.

Quanto aos lobbies, até a Igreja está fazendo. E a Universidade George Washington, que mandou uma carta, em 2 de abril deste ano, ao deputado Alberto Goldman, convidando representantes brasileiros a visitarem os Estados Unidos, no período de 18 a 24 daquele mês. O programa, segundo a carta, visava proporcionar ao grupo 'a possibilidade de conhecer o que é a propriedade intelectual e, especialmente, como ela pode ser utilizada para estimular uma atividade econômica benéfica e auxiliar o processo de desenvolvimento de recursos humanos.'

Como eu dizia, vários grupos começaram a atuar sobre a comissão. Primeiro, os que queriam manter o *status quo*, dentre os quais eu me incluo, junto com outras pessoas. Fizemos emendas, mandamos para lá. Nossa posição eu avalio como ingênua. Outro grupo

atuava no sentido de conseguir um prazo de carência, acreditando que as mudanças eram inevitáveis. Basicamente, eram os laboratórios farmacêuticos nacionais, as indústrias de química fina. Um grupo estruturado, que pedia 10 anos, mais ou menos, de prazo. A grande crítica que o ministro Goldemberg fazia a eles era de que esse grupo passou vinte anos sob esse código e não fez nada, e ainda pleiteavam mais

10 anos. Eles continuam atuando.

Havia, ainda, um grupo ligado à Abrabi, que tratava, especificamente, da questão da biotecnologia. Na verdade, eles usavam o nome da Abrabi — Associação Brasileira das Indústrias de Biotecnologia — sem que houvesse uma posição consensual na entidade. Outro lobby eficiente era a CNBB, também ligado à questão da vida. E, finalmente, há lobby das multinacionais do setor farmacêutico, e esse é extremamente poderoso e eficaz, junto aos chamados liberais.

E o que significa a atuação desse lobby das indústrias farmacêuticas multinacionais? Há patentes que caíram no domínio público, aqui no Brasil. Eles querem reverter isso, obtendo concessão de patente para o que já é patrimônio do público. É uma coisa complicada, e já consegui emendas favoráveis, inclusive do relator Nei Lopes.

Eu agora estou ainda mais preocupado. Me parece mais forte a possibilidade de que o Congresso aprove um projeto muito pior do que o do próprio governo, muito pior do que o que está aí."

"Até na Igreja os lobbies são fortes. Vão desde laboratórios e chegam até a Igreja"

"Os EUA são nacionalistas. No Brasil, essa posição é considerada uma vergonha inaceitável"

Projeto com tópicos que só o Brasil terá

Antonio Barbosa

"Estou aqui falando como cidadão brasileiro, e não em nome da Finep, onde trabalho. Comecei minha carreira de economista no INPI, mas hoje minhas declarações são de minha inteira responsabilidade.

O governo brasileiro tem demonstrado vontade de aprovar com muita rapidez a alteração do código. Só para se ter uma noção, países como os Estados Unidos, Inglaterra, e tenho documentos à mão, levam alguns anos de discussão para alterar uma lei de patentes. Não falo em código, mas uma lei de patentes, nem tem marcas junto. Em geral, para que os congressistas saibam do que está se tratando, o Congresso encomenda aos acadêmicos, especialistas na área, documentos que informem da situação daquele assunto, não só no próprio país.

Os norte-americanos, é preciso que se diga, estão defendendo seus interesses, seu país, seus empresários. Eles são nacionalistas. No Brasil de hoje, é uma vergonha apresentar-se como nacionalista. Não significa, evidentemente, ser xenófobo, mas gostar de seu país e querer que ele seja uma nação. Estamos há 170 anos tentando ser uma nação.

Quero chamar a atenção ainda para o funcionamento dos lobbies. A Abifarma mudou este ano sua diretoria. Eu li, numa coluna de jornal, uma nota informando que um dos candidatos à direção da entidade — não sei se foi o eleito — iria solicitar às empresas do setor US\$ 1 milhão para uma campanha visando melhorar sua imagem. Ele argumentava que desde agosto do ano passado, em função dos constantes aumentos de preços, a imagem do setor farmacêutico estava sendo denegrida. Existe o lobby, e forte. Vejam só: um milhão de dólares!

Dito isso, vamos pensar um pouco o que significa toda essa mudança de legislação da propriedade industrial. Essa mudança não é uma questão nacional, ela se processa em todo o mundo. De 50 em 50 anos se operam

mudanças sérias nessa área. Há cem anos atrás, mais ou menos, em 1883 fazia-se o primeiro tratado internacional sobre patentes e marcas, a famosa Convenção de Paris, e, à exceção dos tratados postais, é o tratado mais antigo ainda em vigor, de caráter internacional. Dá para sentir a importância dessa área.

Nós, um país não desenvolvido, não compreendemos isso. Quero centrar minha conversa aqui sobre três assuntos que se ligam. Um é que o atual Código de Propriedade Industrial seria arcaico e autoritário,

feito durante a ditadura militar. O segundo aspecto é que esse código não teria mais sentido na medida em que foi desenhado para substituir importações. O terceiro aspecto é a discussão sobre se é necessário que as patentes sejam concedidas no Brasil, ou se bastaria atender as necessidades do mercado via importações. Essas três coisas se ligam, é claro.

Com relação à questão do código ser arcaico e autoritário, eu estive há pouco numa reunião do Congresso sobre Mercosul, para tratar de propriedade intelectual e industrial. O deputado Lysâneas Maciel, com muita propriedade, lembrou a todos que ele havia sido cassado, preso pela ditadura, mas achava coisas muito boas no Código de Propriedade Industrial, apesar de ter sido feito naquele período. Esse código não é arcaico, tampouco autoritário.

Tentam colocar na nova lei que vai surgir questões que não existem em nenhum país do mundo, essa tem sido a 'contribuição' dos lobbies. Se existem, são em pouquíssimos países. A questão da importação, por exemplo, só existe num país do mundo, o México, e foi feita em julho do ano passado. E quem sabe os problemas que vive o México com o tratado de livre comércio sabe muito bem o que isso significa. No debate sobre Mercosul que citei, um deputado mexicano presente foi argüido sobre as razões que levaram o México a implantar essa novidade, de importar em vez de fabricar localmente, e não

houve resposta. O deputado mexicano não soube responder.

Quanto a dizer que o código foi desenhado para substituir importações, quem tem coragem de dizer isso ofende ao meu bom senso. Evidentemente que quando foi criada a primeira lei de patentes do mundo, em 1474, como lembrou o Pedreira, não foi criada para substituir importações. Não havia sequer comércio exterior. Foi criada para buscar apoio a uma industrialização local. E nessa época, na República de Veneza, e em outras da atual Itália, haviam leis que liberavam alguns negócios de impostos durante 10 anos.

Não me venha dizer que se copiou isso de 1474, nem que a lei de marcas e patentes tinha mais força para industrializar que o incentivo fiscal. Sou especialista em propriedade industrial, e teria medo de dizer que a lei de patentes serve à industrialização. Ela pode incentivar um processo de industrialização, pode colaborar com ele ou retardá-lo, mas não é ela que leva um empresário a fazer um investimento industrial. Não será ela que fará crescer o investimento industrial no Brasil. Enquanto a inflação for 20% ao mês vai ser muito difícil qualquer legislação, por mais liberal que seja, promover uma retomada de investimento. Na verdade, ela não é substitutiva de importação, ela leva à reformulação da tecnologia que as indústrias implantadas têm. Por exemplo, se a indústria farmacêutica não faz substância

ativa no país, não é a lei de patentes que vai fazer isso. Se há um setor no Brasil que não substitui importação, é o setor farmacêutico. Vide que 25% das importações industriais neste país são do setor farmacêutico. Não entro na discussão de patentes farmacêuticas, só mostro fatos para ilustrar quem tem interesses em determinadas posições.

No caso farmacêutico, ter uma patente não significa que se vá fazer o produto. Mas no caso da indústria automobilística, por exemplo, significa que estou abrindo espaço para que os carros nacionais deixem de ser carroças.

O atual Código de Propriedade Industrial, a não ser por dois aspectos, é igual às leis dos países europeus, principalmente de Mercado Comum Europeu. Claro que prazos, detalhes, podem ser diferentes. Mas no que tem de substantivo, importante, somos iguais. Com duas exceções: nosso código é uma lei moderna, se o compararmos aos países do G-7 e mais — tenho estudos nesse sentido, comparativos — Holanda, Suíça e

Suécia. Ou seja, em 10 países nossa lei só deve ser um pouco diferente da lei norte-americana, que não é igual a nenhuma lei em coisas bastante substantivas. A lei norte-americana é a única que não obriga a se fabricar localmente, e não tem, a lei de patentes, licença compulsória. Porém, a legislação anti-truste americana tem uma forma de penalizar e obter licença compulsória muito mais efetiva de que países que têm isso em sua legislação de patentes.

Quais são os dois aspectos da legislação brasileira atual que realmente têm um problema internacional? O primeiro é a questão da caducidade da licença obrigatória. A Convenção de Paris, depois de 1934, não deixou mais que se adotasse, para se impedir abusos do titular de uma patente — como preços excessivos — a caducidade da patente sem que antes fosse oferecida a possibilidade da licença obrigatória. Um terceiro pede, perante a Justiça, licença para usar determinada patente a seu dono e paga *royalties* a ele. A Justiça concede, e essa medida para sanar abusos tem que

ser adotada antes da caducidade. O Brasil permite, pela legislação atual, que se faça ou a caducidade ou a licença compulsória.

Não estamos fora da Convenção de Paris, aderimos a ela, à versão de Haia 1924. Isso possibilita ao país ter essa diferença de legislação, mas é um problema complicado. Hoje em dia, só nós e a República Dominicana mantemos essa posição.

O outro aspecto da questão, que não tem nada contra nenhuma convenção, é não ter patentabilidade para algumas formas. Por exemplo, patente farmacêutica, produto e processo. Não concedemos. Não há nada em contrário a nenhuma convenção. Todas permitem, inclusive o tratado em discussão no GATT, ainda não resolvido, em qualquer momento foi sugerido que um país não poderia adotar essa posição. O que o GATT está fazendo em relação a isso é redigir o tratado de tal maneira que os países se sintam mais obrigados a adotar essa atitude.

Bem, em síntese, não me parece que a legislação atual tenha sido desenhada para substituir importações. Não tem nada a ver. No fundo, por trás disso, vem a terceira colocação que eu quero fazer. É a proposta de alguns *lobbies*, dentre eles o do setor farmacêutico, de querer considerar a simples importação como suficiente para a concessão de patentes. Isso deve ser bem explicado.

Por que se concede uma patente? Ela é um contrato social, em que concedo determinados direitos ao titular

da patente, mas cobro dele determinadas obrigações. A sociedade também assume direitos e obrigações ao fazer a concessão. O que ocorre, então, em relação à América Latina? Sob o bordão de que precisamos ser 'modernos', esses *lobbies* pregam a 'participação na comunidade internacional'. Curioso é que, ao se ver quais parlamentares fizeram emendas nesse sentido, são os mesmos que, na sua juventude, décadas atrás, se insurgiram contra instalação no Brasil da indústria automobilística, defendendo a importação de veículos.

A idéia que se forma, atualmente, é a seguinte: é um absurdo obrigar o sujeito a fabricar no país se não houver escala econômica para isso. O que é obrigar. O titular de uma patente a produzir localmente? Pelo projeto do governo, por exemplo, e pelas leis dos principais países do mundo — deixemos os EUA de fora —, se o dono da patente não produzir no país alguém pode pedir a licença compulsória, pagar *royalties* e usá-la. Hoje, na discussão aqui no Brasil, está se formando uma idéia paternalista e complicada. Está sendo dito que se alguém pedir uma licença compulsória não deve ser concedida, o empresário vai jogar seu dinheiro fora porque não há escala econômica. Ou seja, não se deixa o empresário assumir o risco do investimento. O empresário que concordar com isso é um incompetente. Acho que essa decisão não é de competência do INPI. O que é diferente de não conceder financiamento pelo BNDES, Finep. Mas se o empresário quer colocar alí seu dinheiro, é direito dele!

Isso está sendo proposto por vários parlamentares que se dizem liberais, como o deputado Roberto Campos. É por isso que existem 936 emendas! Há cinco substantivos, porque se inventou um monte de coisas. Há outros exemplos, como o das marcas

notórias, para as quais a Convenção de Paris dá uma certa proteção. As legislações nacionais, de alguma maneira, têm que se posicionar a respeito. A partir da atuação de alguns *lobbies*, o Brasil resolveu legislar sobre as marcas de alto renome, que é além do que a convenção pede, e seremos o primeiro país a fazer isso.

Há *lobbies* que, antes do governo brasileiro aparecer com seu projeto, já tinham projetos feitos, borradores. Um desses pretendia que se desse patente na área nuclear, para transformação de núcleo atômico. Isso nem os EUA concedem. Eu ri quando li. Só passa se o governo ficar maluco. E por aí se vai.

Vou dar um dado, que está no projeto do governo: é a proposta de criação do certificado de adição. Concede-se uma patente e, pouco depois, há algo em relação a ela que vai um pouco além e pode-se solicitar esse certificado, um complemento à proteção embutida naquela patente. Exposta assim, a idéia parece boa e agradável. Isso nasceu nos países europeus, depois vários países subde-

envolvidos adotaram a idéia, o Brasil não. Da metade da década de 70 para cá, todos os países europeus cancelaram esse certificado de adição. Hoje, ou França ou Alemanha, não me lembro qual deles, o manteve, e o Brasil está querendo criá-lo. Não tem eficiência, a não ser para quem trabalha junto ao INPI, que vai ganhar dinheiro.

Todos os prazos, nas propostas, estão sendo dilátados dos

atuais 60 dias para 90 dias. Se todo mundo reclama da demora do INPI, é interessante que se proponha maior tempo para o prazo de exame. A maior parte das emendas do deputado Goldman são nesse sentido. É uma situação delicada para o governo a que se formou no Congresso.

Espero ter complementado a palestra do Pedreira, expondo aspectos do projeto do governo e de outras propostas. Muito obrigado."

"Há lobbies que querem patente na área nuclear. Dá pra rir. Nem os EUA concedem isso"

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:

- Revistas
- Boletins
- Informativos Periódicos
- Carnês
- Anuidades
- Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma empresa conceituada no
mercado pela sua pontualidade e
honradez.

Fale diretamente com Humberto
Machado, pelo telefone — 263-7570
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

Paulo Rabello: Este país tem jeito?

■ CORECON — *Vamos começar com duas coisas bem abrangentes: o diagnóstico que você faz da crise e as linhas gerais das propostas do seu livro, "Brasil: este País tem jeito?"*

Paulo — Começo o diagnóstico falando do projeto, já que ele diz respeito à crise. O livro é ponto de partida desse projeto mais amplo, que chamamos de "Projeto Pensa Brasil", cujo objetivo é difundir idéias visando estimular o debate sobre a situação do país e as saídas, principalmente para a "reconstituente" de 1993. Esperamos que haja uma absorção dessas idéias até lá.

Mas é importante dizer que esse trabalho não nasceu hoje. O PCE — Programa de Estabilização com Crescimento — vem de longa data, ligado ao trabalho realizado por um grupo de economistas da Fundação Getúlio Vargas desde 1980. Só para citar a importância desse trabalho, esse grupo foi responsável, em 1981, pela publicação do primeiro estudo que denunciava, no bom sentido, a existência do déficit público, graças ao esforço do Cláudio Contador e do Carlos Von Doellinger. O déficit era negado sistematicamente pelo autoritarismo, que impedia a existência de um espaço emocional para distinção do que era análise econômica e do que era contestação ao modelo. Isso tudo foi facilitado depois de 1984.

Quero dizer com isso que não estamos "navegando a crise", essas idéias vêm de longe. O livro se situa como um observador da realidade a partir da década perdida, referenciado nessas discussões e na minha experiência pessoal no penoso exercício da oposição, nos últimos cinco anos, a cada plano heterodoxo. Penoso porque a maioria das pessoas apóia e você se vê obrigado a dizer, desde a primeira hora, que não vai dar certo. É altamente antipático, as pessoas têm esperanças, dá impressão de falta de patriotismo...

■ CORECON — *Você continua na oposição?*

Paulo — Acho que ainda sou oposição conceitual à principal linha de política econômica vigente, se nós identificarmos o que chamo de abordagem fiscalista como sendo o principal enfoque que dá suporte a essa política. Há uma grande confusão no governo federal, com alguns focos de racionalismo, como o BNDES, ao qual foi designado um programa bem específico, o da privatização.

O grande mito é a idéia de que a reforma fiscal vai resolver o problema da inflação, dando ambiente propício e recursos necessários para a resolução do conflito entre despesas e receitas. Bem, podemos

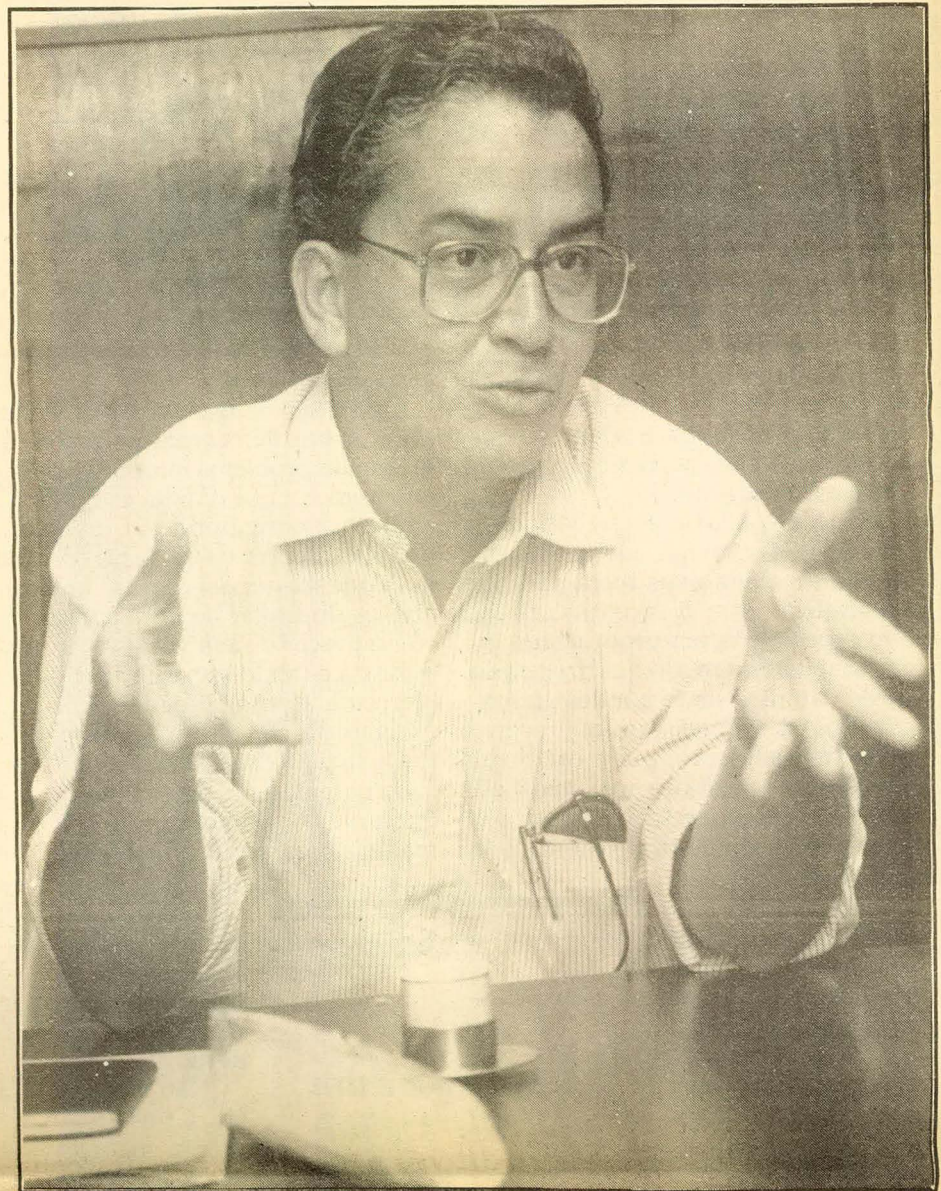
saudar isso como um início de raciocínio na linha monetária — e não monetarista —, mas esse raciocínio está vinculado a uma enorme falácia, que aprisiona a política econômica ao preconceito empresarial. A idéia do lucro, tão importante na atividade empresarial, não pode ser ligada à idéia do saldo orçamentário nas finanças públicas. Qualquer governo pode — e, eventualmente, até

deve — ter certo excesso em relação à receita, na medida em que necessita liberar moeda quando o país está em crescimento. Quem perde o direito à senhoriação perdeu completamente a credibilidade monetária.

■ CORECON — *E o diagnóstico da crise?*

Paulo — E aí vamos nós para meu diagnóstico alternativo: pelo menos desde 1985 vivemos claramente um processo hiperinflacionário. A moeda é a grande causa de qualquer inflação, e as inflações extremas são mais caracteristicamente um assunto monetário. Não apenas pelo excesso de moeda em circulação, mas pela velocidade. Há um repúdio constante àquela moeda e um número cada vez maior de moedas alternativas.

No caso brasileiro, esse processo é corroborado pelo próprio governo, que diz que sua moeda não vale nada. Um exemplo é a cobrança do Imposto de Renda, feita em Ufir diária. Ora, isso denota um proble-



"Nosso problema é tempo. Não podemos passar mais três anos tentando descobrir, atabalhoadamente, o caminho. Ainda neste governo ele tem que ser encontrado". As palavras finais do economista Paulo Rabello de Castro na entrevista concedida ao INFORME CORECON resumem o objetivo do livro "Brasil: este País tem jeito?", escrito em parceria com o empresário Paulo Carlos de Brito. Em tempo: a resposta dos autores à pergunta, título do livro, é sim.

Paulo Rabello, redator-chefe da revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas, quer que as idéias contidas no livro, já lançado em São Paulo e com lançamento marcado para junho no Rio, sejam amplamente discutidas e ganhem corpo até os debates para a revisão constitucional, prevista para 1993.

Essas idéias, que já provocaram forte polêmica no início do governo Collor, não são fruto, segundo Paulo Rabello, de um diagnóstico apressado, feito com base nas medidas tomadas por este governo. "Há mais de uma década trabalhamos sobre esse diagnóstico, hoje corporificado no projeto que chamamos "Projeto Pensa Brasil", e o livro se situa como observador da realidade a partir da chamada década perdida", diz ele.

Respondendo a perguntas de dois conselheiros e quatro economistas do BNDES, Paulo Rabello expôs seu projeto na entrevista que publicamos a seguir.

*"Desde 1985,
o país
vivencia
claramente
um processo
de
hiperinflação"*

ma gravíssimo do governo em identificar sua moeda, além do que, se há expectativa de queda da inflação, pra que Ufir diária? Então, não é sério.

A reforma fiscal não poderá vir em seu socorro, nesse contexto, porque ela não trata desse assunto, a não ser colateralmente, melhorando a relação tributária entre o governo e seus cidadãos, melhorando sua credibilidade.

■ **CORECON** — *E quais as saídas que o livro aponta para esses problemas?*

Paulo — Já em 1983 o grupo de economistas que citei tinha "premonição" de que viveríamos um processo hiperinflacionário. Chamávamos de "maxi-inflação". O que não ficava claro naquela época era que, após uma década de estagnação econômica, o passivo social do país cresceria tanto. O Brasil era um país pobre, mas tinha esperança, um crescimento que praticamente amortecia as incongruências

sociais. Havia, sim, insatisfação política, e hoje há fome. O passivo social, avaliado pelo método do hiato do produto — diferença entre PIB potencial e PIB efetivo — dá uma diferença, hoje, de pelo menos US\$ 100 bilhões/ano. Pela relação capital/produto, se a estabelecermos em três para um, a noção de renda perdida mais o estoque da dívida, chegamos a um capital social perdido da ordem de US\$ 300 bilhões, ao longo de dez anos. E onde estão as pistas para localizar esse montante? Não é difícil identificar por onde vazaram. Verificando-se a diferença entre a variação das reservas e o saldo do balanço de pagamento, contata-se que entre US\$ 50 bilhões e US\$ 60 bilhões de capitais fugiram do país nessa década. Aplicando-se um multiplicador keynesiano qualquer, chega-se a US\$ 150 bilhões, no mínimo, de capitais que deixaram de ser aplicados aqui. Somando-se a isso mais US\$ 50 bilhões de pagamento de juros da dívida externa, e outro montante equivalente, referente à diminuição de investimentos externos provocada pela perda de credibilidade, somente nas relações externas o país perdeu US\$ 150 bilhões. Se aplicarmos um multiplicador, vai a muito mais de US\$ 300 bilhões...

preciso um rebate de taxas de risco pagas a maior. Se pagamos taxas de país inadimplente, precisamos renegociar, e não de perdão.

■ **CORECON** — *Você está afirmando que as relações externas do Brasil foram danosas?*

Paulo — Sim, mas por causa do Brasil. Não gosto dessa frase, é o desenho da política econômica brasileira o responsável. É pelas relações com o exterior que se pode captar com mais facilidade o grau de eficácia ou nulidade de uma política econômica. Foge não apenas o capital, mas gente também. A dívida externa é cada vez menos importante, porque é cada vez mais fácil de manusear.

■ **CORECON** — *Você não está minimizando a brutal elevação dos juros internacionais?*

Paulo — Não, tanto que a incluo na conta. Foi uma sangria muito grande, mas hoje eu acredito que a dívida externa serve muito mais para denunciarmos a necessidade de uma negociação diferente dessa que segue os princípios arbitrários e duvidosos do FMI, não só como abordagem de política econômica — eles não entendem de hiperinflação. É uma agência definidora de "rating", estande de pagamentos

para o sistema bancário, não pode ser visto como conselheiro de políticas econômicas internas. E cria relações com os banqueiros internacionais contra as quais eu me insurjo. Não quero 35% de desconto, quero que as contas da dívida sejam refeitas. O Banco Central efetivamente não sabe o que deve. Como renegociar, se a cada passo tem que perguntar ao credor o quanto deve? É

■ **CORECON** — *Como vamos retomar o crescimento?*

Paulo — Para essa retomada é essencial a reforma monetária, em seu sentido mais amplo, que envolve a parte financeira a ela associada. Em qualquer país, de qualquer ideologia, é sobre a credibilidade das instituições monetárias que se assentam as possibilidades de uma expansão. Mesmo no Brasil, em 64, a retomada do crescimento foi precedida de uma reforma monetária. São inúmeros os exemplos, como a 5ª República de De Gaulle, que só pode se desenvolver econômica e tecnologicamente depois que o chato do Jacques Rueff foi colocado para promover a consolidação do franco francês. Mas o exemplo mais importante e espantoso vem do período da hiperinflação alemã, do período que se seguiu a ela, depois de 1923 e interrompido em 1929

com o crack. Pouca gente lembra que na retomada alemã, com seus efeitos politicamente deletérios, teve, do ponto de vista da eficácia econômica, efeitos que conseguiram financiar o esforço de pré-guerra do país, e o responsável por isso, Hajalmar Schacht, foi o mesmo que conseguiu debelar a hiper alemã em 1923. Em um mês ele conseguiu estabelecer a normalidade pós-explosão hiperinflacionária. Ficou até meados dos anos 20, já com a Alemanha em franca recuperação, depois Hitler o chamou de volta, e ficou de 1933 a 1939. Saiu por problemas de consciência. A moeda tem que ter credibilidade e estabelecer um vínculo com a ética e o senso de cidadania. É preciso saber que a moeda compra os bens. Quando os políticos pedem mais crescimento e afrouxamento da política monetária é um erro, porque, na ausência de um regime monetário confiável, com qualquer expansão de liquidez o desastre da hiper está latente. O que não significa dizer que a política meramente conjuntural dos juros altos sobre um regime monetário indefinido esteja correta. A hiper se torna explosiva, latente, não se detém a marcha da inflação. Se combate a hiperinflação com reforma monetária ou hiperrecessão. Estamos na segunda opção.

■ **CORECON** — *Você defende a idéia do Banco Central independente?*

Paulo — Absolutamente sim. É a prática mundial dos países desenvolvidos. Mas uma reforma monetária é muito mais que isso. O BC independente é ainda mais necessário na hipótese do parlamentarismo, pois caindo o gabinete a economia ficaria no limbo. Mas no presidencialismo também é vital, pois precisa funcionar independente das coisas da política.

■ **CORECON** — *Você é parlamentarista?*

Paulo — Provavelmente votarei a favor. Esse sistema implica mais conversa e menos decisão, a nível federal. Mas é preciso institucionalizar o regime monetário e financeiro do Brasil. Eu acredito que quem vai fazer o país crescer, daqui para a frente, são os brasileiros. Não existe mais a idéia autoritária de que pessoas iluminadas, tecnocratas de São Paulo ou de Brasília, vão resolver os problemas. O país se resolve fazendo-se. Sou a favor da autonomia federativa no sentido de que os estados devem se virar por

si mesmos. Essa é a melhor maneira de se evitar os separatismos, cujas idéias já começam a aparecer neste país excessivamente uno, sem a percepção ideológica do porquê. E, pessoalmente, sou a favor da figura do monarca. Ficaria melhor descendo a rampa, e menos oneroso aos cofres públicos. Acho que ampara melhor a pobreza, passando a imagem de patriarca. É preciso ter claro que qualquer política econômica não vai fazer com que a grande massa vire, de uma hora para outra, novaiorquinos. E o monarca resgata um princípio ético perdido, de que alguém tem que pairar sobre as coisas, ouvindo o povo.

Caso contrário, eu vejo um país em franco processo secessionista, não só a nível da localidade — o morro versus o condomínio de classe média alta — como a nível da guerra econômica entre os estados e a secessão política. Para tanto, falta apenas a "fujimorização" do país. E isso tem tudo a ver com a reforma fiscal.

■ **CORECON** — *Qual seria essa reforma?*

Paulo — Em primeiro lugar, ela não pode ser resolvida no prazo relâmpago de 60 dias, antes do recesso parlamentar, porque envolve uma intrincada malha de relações. Passa pelo acerto geral de contas do setor público, pelo acerto entre as relações dos estados federados e do estado federal, das várias emissões

representadas pelas operações de crédito dos bancos estaduais, que geram quase-moedas, sem o que não há regime monetário estável. Quem afirma que em 60 dias resolve os problemas não tem consciência. O caixa do governo acabou porque o regime monetário foi para o bebeléu. A principal reforma fiscal que pode ser feita hoje, em 60 dias, é a redefinição do regime monetário. Teríamos equilíbrio fiscal. O que corrói as finanças públicas é a inflação. É preciso defender as receitas e cortar as despesas. No caso brasileiro, as despesas caíram, mas as receitas caíram mais ainda. A partir do momento em que o governo, em respeito ao art. 164 da Constituição, afirmar que o Banco Central não mais financiará o déficit público, ele estará tecnicamente independente. Tem que remanejar todo o BC para o Rio, pois isso tem um bem efeito psicológico sobre a população, vai passar na TV, etc., e ele poderá funcionar com menos de um terço de seus funcionários.

"A dívida externa é cada vez menos importante, porque é cada vez mais fácil de manusear"

"Para que haja um processo de secessão no país, falta apenas sua fujimorização"

Então será preciso redefinir a forma de atuação do BC na política monetária. A venda de títulos impõe volatilidade sobre a taxa de juros que deveria ser função do mercado. O BC deveria estar atuando classicamente sobre a taxa de desconto bancária, que não é realizada. Os bancos nunca têm problemas, só o BC. Os bancos é que devem se financiar. Teria que cair a TRD. Quando se define no início do mês qual a taxa de inflação, não se permite que o mercado melhore ou piore. Dentro desse processo, a Ufir cairia violentamente, o que representará um forte impacto sobre as finanças públicas num primeiro momento. Mas é isso mesmo que o governo tem que dizer: o déficit será fechado automaticamente no primeiro mês.

Por isso propomos "bônus de reconhecimento da dívida" sobre os altos salários do governo, no Legislativo e no Judiciário. O Judiciário passará a ter mais cuidado na hora de dar liminar para que ninguém pague impostos. Vamos supor, Cr\$ 2 milhões em dinheiro e Cr\$ 7 milhões em bônus. É duro, mas é necessário. Com essas medidas, reduz-se drasticamente o déficit e, quem sabe, até se emitiria poucos bônus...

■ **CORECON** — *Teria quebradeira de bancos?*

Paulo — Os planos heterodoxos com inflação zero já fizeram bons treinos para os bancos. Boa parte deles já eliminou gorduras para se adaptar aos tempos modernos. O Bradesco, por exemplo, tem plano de adaptação a um país com inflação mínima. Mas é um problema que precisa ser resolvido.

■ **CORECON** — *E não daria hiperdepressão?*

Paulo — Isso vivemos agora. Diferentemente da inflação "standard", na hiper não se vive depressão depois, a recessão é durante o processo. É o que chamo de "hiperestagflação".

■ **CORECON** — *E o que se faz com as dívidas pública e externa?*

Paulo — Havendo uma redefinição de regime monetário, a dívida pública é facilmente administrável. Os planos heterodoxos fizeram o favor de reduzi-la, 15% do PIB seria administrável. Seria necessário eliminar a TR e Ufir, e criar uma indexação anual por índice independente, de qualquer instituição, para regular contratos de longo prazo. Uma das características de

um regime monetário confiável é admitir que a população tenha dúvidas a respeito do longuíssimo prazo, queira se proteger monetariamente. Prazo inferior a um ano, entra no risco. O que não se pode é ter, como se tem hoje, reajuste salarial quadrimestral com Ufir diária. O reajuste salarial seria, então, semestral.

No fundo, a questão é que precisamos de vergonha na cara, senso ético e compostura moral. E aí, qual seria o desenho de um país equilibrado? Em vez de dolarização ou conversibilidade, o *leasing* da moeda do vizinho, que tira a margem de flexibilidade da política econômica ao país, eu optaria por uma poupança atrelada às operações de comércio exterior. Dá-se a opção de resgate em moeda estrangeira e ensina-se que exportar é poupar, e não sugar o país, além de garantir ao sistema bancário operações casadas.

■ **CORECON** — *Será que o mercado vai ser capaz de gerir esse processo, será que dá conta disso?*

Paulo — Se acreditar que há autoridade por trás da decisão, sim. É preciso ter claro que ainda não houve redemocratização da política econômica, ela ainda é filha do autoritarismo. Quando o crescimento for retomado ele será da ordem de 5% a 6% ao ano. Há poupança suficiente — vide o que está depositado no exterior. Seria um ponto de partida num

processo de refinanciamento. Mas há um problema monetário associado: teria-se que fazer uma fila de entrada. Não se pode, ao contrário do que se faz hoje, inundar o país financeiramente sem respaldo no mecanismo de exportação. Acredito que deva-se dar o máximo privilégio à geração de divisas. É preciso gerar renda, o que é impossível sem consumo. Não é preciso maiores subvenções, mas sim maior organização das exportações.

■ **CORECON** — *Bem, ou o plano dá certo em um mês ou explode o país...*

Paulo — Não estou propondo pular numa piscina vazia. Sabe-se os elementos técnicos e teorizações que estão por trás desse plano, e há a experiência positiva de vários países. Depende da constância. Pena que a perseverança quase beneditina de Marcílio seja orientada para o FMI, cujo plano é fazer com que as reservas internacionais aumentem às custas de um diferencial de taxa de juros ou "landing", que cria a hiper interna.

■ **CORECON** — *E a questão mundial, a recessão e o protecionismo internacionais?*

Paulo — Quanto pior, pior para nós. Mas não acredito que vá piorar ainda mais. O sistema financeiro internacional é muito sofisticado e delicado. Importante é salientar que a última coisa que o Brasil quer é a inserção financeira absoluta sem a inserção comercial e a reestruturação produtiva, econômica. É o último elo, o coroamento de um processo, a abertura de contas em dólares, o livre tráfico. Estão querendo começar pelo fim! Essa é minha principal crítica: não se coloca reforma fiscal antes de reforma monetária, em se tratando de hiperinflação, e nem a inserção financeira antes da produtiva. Isso só prolonga uma etapa de enorme sofrimento.

■ **CORECON** — *E o futuro?*

Paulo — A sociedade é cada vez maior que o governo, cada vez mais domina a cena. Prova disso é a sonegação. Porém é difusa, não institucionalizada, e pode gerar separatismos.

Propomos a criação de uma Câmara de Compensação do Setor Público (CCCP), num processo em que o governo federal comece a cobrar os débitos dos estados em favor da União ou de suas agências e autarquias, no intuito de diminuir as transferências constitucionais de arrecadação de impostos (IR e IPI) para os Estados. Os créditos da União chegam a US\$ 60 bilhões. Coincidentemente, o valor presente do repasse de receitas fiscais garantido pela Constituição de 1988 aos Estados, equivalente a 1,5% do PIB, descontado a uma taxa de 6% ao ano ao longo dos próximos 20 anos, seria de US\$ 60 bilhões.

A idéia é que a União cobre o débito dos Estados, compensando créditos de futuras transferências de impostos, pré-pagando em OSTN — Obrigações Sociais do Tesouro Nacional, que não causariam impacto sobre a emissão de moeda. Nos cálculos que já efetuamos, constatamos que os Estados do Nordeste, por exemplo, são credores líquidos nesse acerto de contas, pois mais de 30% da dívida global dos Estados pertence a São Paulo que, embora devedor líquido, tem patrimônio acionário que poderá ser usado na amortização dos débitos.

Os maiores credores desse processo são o FGTS (entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões), a Previdên-

cia Social (valor maior que o do FGTS) e o PIS-Pasep (cerca de US\$ 4 bilhões). A CCCP teria como efeito imediato a limpeza de dívidas e o saneamento dos Estados, proporcionando crescimento regional.

Os créditos ficariam à disposição dos Estados, e a Constituição não tem qualquer proibição a esse esquema de pré-pagamento.

Aliás, a Constituição permite que várias medidas sejam tomadas sem reformas, e há uma série de soluções financeiras para as dívidas interna e externa. O que não estamos fazendo é pensar na dívida social. E há ainda uma parte dela não contabilizada, referente à saúde, à educação, à pobreza, à habitação. Temos programas específicos para cada uma dessas áreas.

■ **CORECON** — *Dá para resumir esses programas?*

Paulo — Há um programa para meninos de rua, através do Banco do Brasil, e é preciso entender que o menor abandonado é fruto de um maior abandonado, da miséria em que vivem milhares de famílias. Para a habitação popular, sugerimos o desenvolvimento da proposta apresentada por Dom Luciano Mendes de Almeida, com recursos da ordem de US\$ 5 bilhões, administrados pelas prefeituras e com realização da comunidade, em mutirões. Para a saúde, pensamos em soluções fora do sistema de Previdência, com hospita-

tais cooperativados pelo médicos. Na educação, é preciso fazer um cadastro das 36 milhões de crianças e promover uma verdadeira revolução. Afinal, nesse campo, estamos no submundo! O governo federal coordenaria um programa de distribuição de "vouchers", no valor de US\$ 20 para cada criança — entregues diretamente, talvez pelo correio — e fiscalizaria a qualidade. Seriam cerca de US\$ 8,8 milhões ao ano, o que cabe perfeitamente no orçamento da União. Teríamos um efeito imediato de mínimos investimentos em sofisticadas inúteis e máxima remuneração dos professores, que é o que interessa.

Enfim, o que impede a consecução de um programa com o desenho que propomos é o conluio das elites que, quase passivamente, têm interesses em manter o "status quo" de estagnação com hiperinflação.

Nosso problema é tempo. Não podemos passar mais três anos tentando descobrir, atabalhoadamente, o caminho. Ainda neste governo ele tem que ser encontrado.

"Para a educação, propomos a entrega de US\$ 20 a cada criança, mensalmente"

"A última coisa que o país quer é a inserção financeira absoluta"

A ameaça do "Eco-Pessimismo"

Geraldo Luís Saraiva Lino

Um dos temas mais candentes da atual agenda mundial é a necessidade de conciliar o desenvolvimento socioeconômico da Humanidade com os condicionantes da dinâmica do meio ambiente. Lamentavelmente, trata-se de um debate no qual a razão tem sido freqüentemente suplantada pelo emocionalismo ingênuo ou engajado. Por conta disto — e acompanhando uma inspiração predominante neste final de milênio —, sua tendência é marcadamente "pessimista", caracterizada pela idéia de que as ações humanas são intrinsecamente nefastas para a Natureza e que a Ciência e a Tecnologia estão atingindo, se já não atingiram, os limites de resolução dos impactos acarretados ao meio ambiente pela expansão da civilização.

A questão é, antes de tudo, cultural. Sob o fogo cerrado do pessimismo ecológico, está um dos principais alicerces culturais da Civilização Ocidental: a idéia de que o Homem, constituído à imagem e semelhança do Criador, representa a expressão mais elevada da Criação e, como tal, pode ser considerado um "coadjuvante" do Criador na missão de transformar a Natureza, a partir do conhecimento de suas leis, conforme implícito no Livro de Gênesis. Em troca desta poderosa idéia-força, alguns ideólogos do "ambientalismo" em voga propõem a equiparação do Homem com as demais espécies vivas, rebaixando-o, na hierarquia universal, ao nível dos seres irracionais e despojando-o, simultaneamente, de suas capacidades peculiares de "imitar" o Criador e de superar as limitações naturais às quais estão sujeitas as demais espécies viventes. Um exemplo característico é a "Declaração de Morelia", documento elaborado por 41 ambientalistas, cientistas, escritores e ativistas políticos de 20 países (entre eles



a escritora brasileira Nélida Pinon), segundo o qual, "a década final do segundo milênio será caracterizada por movimentos de libertação entre espécies, de modo que, um dia, possamos obter uma genuína igualdade entre todas as coisas vivas".

Na esfera política, esse "eco-pessimismo" se manifesta na sugestão de que a escassez de recursos naturais e a capacidade de suporte do meio ambiente, considerada já bastante precária, não permitem que todos os benefícios da moderna civilização industrial sejam estendidos a toda a crescente população do planeta. Embora seja cientificamente insustentável e moralmente inaceitável, a idéia — na verdade, uma retomada da surrada tese dos "limites ao crescimento" — vem sendo ardorosamente defendida nos círculos internacionais envolvidos no debate ambiental, representados por entidades como o Clu-

be de Roma, a Comissão Trilateral e a própria Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a chamada Comissão Brundtland. Aparentemente, por detrás da diversidade dos temas anunciados, este deverá ser, também, o fio condutor subjacente aos debates da conferência Rio-92, em junho próximo.

Essa concepção, nitidamente inspirada nas equivocadas teses sobre população e recursos de Thomas Malthus — ancestral comum do pessimismo econômico-ecológico —, permeia, inclusive, o festejado conceito de desenvolvimento sustentado, comumente apresentado como a "tábua de salvação ecológica" para a civilização industrial e a Humanidade.

Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho do relatório "Nosso Futuro Comum", da Comissão Brundtland, considerado a "bíblia" do de-

envolvimento sustentado: "A cada ano, aumenta o número de seres humanos, mas permanece finita a quantidade de recursos naturais destinados ao sustento dessa população... Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentado". O próprio Malthus não diria melhor.

Igualmente sintomáticas — para alguns, inclusive, do caráter discriminatório do conceito de desenvolvimento sustentado — foram as conclusões da 2ª Conferência Internacional da Indústria sobre Controle do Meio Ambiente (WICEM II), realizada em Rotterdam, em

abril de 1991, assim sintetizadas por uma jornalista brasileira: "As mais poderosas companhias do Primeiro Mundo admitem agora publicamente e em conjunto que, se os seus próprios padrões de crescimento forem imitados pelo resto do mundo, o planeta não vai resistir muito tempo".

No Brasil, os redatores do documento que reuniu os subsídios técnicos ao relatório nacional para a conferência Rio-92 também se deixaram contagiar por esse estado de espírito e abriram o documento afirmando que "o espectro da escassez volta a ameaçar a estabilidade da civilização".

Ora, as lições da História têm demonstrado que o conceito de recurso natural não é estatístico, mas dinâmico, sendo essencialmente definido pela base tecnológica empregada em sua exploração. A escassez, tecnicamente falando, se

manifesta apenas quando ocorre uma estagnação da capacitação tecnológica, que, por sua vez, acarreta o esgotamento dos recursos a ela relacionados, com consequentes restrições à expansão das atividades humanas. Neste caso, o esgotamento dos recursos pode ocorrer até com uma população estacionária ou, mesmo, declinante.

Entretanto, até o presente, tais limitações têm sido invariavelmente superadas pelo engenho humano — e nada indica que deixem de sê-lo, no futuro. Há cerca de 3.000 anos, o esgotamento das jazidas de estanho disponíveis incentivou os gregos e outros povos da orla do Mediterrâneo a substituir o bronze pelo ferro. Na Inglaterra do século XVII, a ameaça de uma crise ambiental e energética acarretada pelo desmatamento para a obtenção de lenha foi superada pelo uso do carvão. No século passado, a escassez de óleo de baleia contribuiu para o advento do petróleo. Provavelmente, ainda na primeira metade do próximo século, esse último deverá ser parcialmente substituído pelo hidrogênio e pela fusão nuclear, de possibilidades quase ilimitadas.

Assim, em vez de "conservar" recursos para as gerações futuras, como sugerem alguns ambientalistas excessivamente preocupados, a melhor garantia que podemos legar a elas é a continuidade do processo de descobrimentos científicos e tecnológicos que tem permitido ao Homem conhecer as leis da Natureza e aproveitá-las em seu benefício.

No tocante aos impactos das ações humanas, estes têm sido exageradamente amplificados pelas lentes do "eco-pessimismo". Com indesejável frequência, isto tem ocorrido sem a chancela das evidências científicas, devido à distorção das mesmas e, às vezes, até mesmo contra elas. Como exemplo, pode-se apontar o cerceamento à fabricação e ao emprego de produtos químicos com o DDT, a dioxina, os PCBs, os CFCs, o asbestos e outros, os quais, devido a eficientes campanhas alarmistas, vêm sendo substituídos por produtos mais caros e, muitas vezes, menos eficientes. Em todos estes casos, a ciência

foi deslocada por interesses econômicos e políticos. Lamentavelmente, o mesmo vem ocorrendo nas negociações envolvendo o estabelecimento de tratados internacionais relativos a temas como o ozônio estratosférico, o aquecimento global, a biodiversidade e outros.

Quanto à disponibilidade de recursos para o desenvolvimento global, o problema não é de ordem física. Os recursos minerais constituem um bom exemplo: com raras exceções, as reservas mundiais dos principais bens minerais necessários a uma economia moderna aumentaram significativamente nas últimas quatro décadas, a despeito do consumo rapidamente crescente verificado no período. Também com poucas exceções, os preços

Humanidade dos requisitos mínimos para um padrão de vida digno, por meio de programas de desenvolvimento e modernização da agricultura, infra-estrutura econômica e a indústria mundiais.

Tanto Füller quanto LaRouche enfatizam que os obstáculos para tais empreitadas não são físicos ou intrínsecos à Natureza, mas essencialmente políticos.

Na verdade, uma idéia que se consolida a cada dia é a de que a superação dos principais problemas ambientais do planeta está condicionada à superação da pobreza e da miséria em que vivem mais de dois terços da população mundial. A maior poluição é a da miséria, era o mote popularizado na Conferência de Estocolmo, em

sastrado em definir e empregar um recurso essencialmente abstrato como o dinheiro. E este está longe de poder ser considerado "escasso". No máximo, é mal utilizado, o que fica patente na constatação de que apenas 5% dos recursos financeiros que circulam mundialmente são empregados em atividades produtivas como o comércio de bens e serviços; o restante alimenta uma fantástica máquina especulativa que funciona ininterruptamente em todos os continentes.

Voltando ao "eco-pessimismo", ele produz dois efeitos principais. Primeiro, contribui para desviar as atenções com os problemas ambientais realmente relevantes, como aqueles decorrentes da superconcentração populacional nos grandes centros urbanos — principalmente, nos países em desenvolvimento. Além disto, ele enseja o solapamento da base de otimismo e esperança no futuro que sempre constituiu um poderoso impulso para o desenvolvimento da civilização. Para que este último possa prosseguir, é, pois, fundamental que o "eco-pessimismo" seja erradicado. A condição humana, na vanguarda da evolução biológica, determina o imperativo moral de que as conquistas do processo civilizatório sejam estendidas, de forma permanente, a todos os povos do planeta — ficando as relações entre o Homem e o meio ambiente subordinadas a esta necessidade e não o inverso. Portanto, a ciência, a tecnologia, o senso comum e a moral devem ser mantidas no primeiro plano do debate ambiental, descartando-se os modismos pseudocientíficos e os interesses particulares de grupos ou indivíduos. Que a razão prevaleça sobre a emoção.



"Mais importante é legar novas descobertas"

mostraram uma tendência declinante.

No final da década de 70, Buckminster Füller, um dos maiores conhecedores das possibilidades da tecnologia moderna, demonstrava que apenas com o emprego das técnicas e dos recursos disponíveis na época seria possível que, em 10 anos, cada cidadão do planeta desfrutasse de um padrão de vida equivalente ao de um norte-americano do início dos anos 70.

Um prazo semelhante vem sendo proposto pelo economista Lyndon LaRouche, em seu programa da IV Década Internacional de Desenvolvimento, para prover toda a

1972, e ainda tristemente atual. Não há como superar o desafio ecológico sem solucionar primeiro o desafio econômico. Desafios, ambos, cujas respostas não podem ser restringidas pelas equivocadas noções pessimistas de "limites" e "escassez" que permeiam tanto o pensamento ecológico quanto o econômico predominantes.

Nesse particular, apenas a falta de decisão política motivada pela prevalência dos interesses de minorias pode explicar que, por um lado, o engenho humano tenha se mostrado historicamente sempre capaz de produzir novos e melhores recursos materiais e, do outro, tão de-

Geraldo Luís Saraiva Lino
Geólogo e secretário da Sociedade Brasileira de Economia Física

Anuncie no Informe CORECON

O "Informe CORECON" é lido por mais de 16.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos.

O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

Largura das colunas:

1 coluna	5,9 cm
2 colunas	12,5 cm
3 colunas	19,0 cm
4 colunas	25,6 cm

TABELA DE PREÇOS

1 página	1.080.000,00
1/2 página	540.000,00
1/4 página	270.000,00
cm/coluna	10.800,00

ÁREA ÚTIL:

1 página: 31 cm x 25,6 cm

1/2 página: 15,5 cm x 25,6 cm

Material para Publicidade: fotolito ou arte-final

Impressão: Off-set — 2 cores

LIGUE: (021) 224-0578 ramal B-3/4 — Fax: 221-0958

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço e entrega do fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.

Cancelamento de reserva: Por escrito, com 72 horas de antecedência.

OBS.: Os custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

Adegradação acelerada das condições de vida da população fluminense e suas consequências sociais mais perversas, como o crescimento da miséria, da violência e o descrédito nas ações institucionais governamentais, são os aspectos mais visíveis da crise sócio-econômica vivida pelo Estado do Rio já há muitos anos. O grande debate sobre as origens e a natureza dessa crise ainda está por ser travado, e precisa ter como objetivo maior identificar as razões pelas quais as forças vivas do Estado não têm tido a capacidade de elaborar as diretrizes necessárias para buscar sua redinamização.

O projeto REAGERIO, formulado pelo Gay Lussac Instituto de Ensino Superior, com apoio do Clube de Engenharia, da OAB, da Abamec, da Associação Brasileira de Municípios e do Conselho Regional de Assisten-

tes Sociais, quer exatamente convocar esse debate.

Para isso, buscou-se uma forma que permita uma abordagem provocativa do tema, cativando o interesse do público e da mídia. A polêmica vai se centrar nas graves dificuldades para o exercício pleno da cidadania correlacionadas aos fracassos dos grandes projetos econômicos concebidos para o nosso Estado.

Com sete jornadas de debates, entre os meses de junho e setembro, sempre no Teatro Gay Lussac, em Niterói, o projeto foi concebido para articular, através de uma temática consistente, as diferentes jornadas. Assim, cada uma delas deverá se constituir num aprofundamento, detalhamento ou desdobramento da anterior, a partir das duas jornadas iniciais, que discutirão a natureza e as origens da perda de dinamismo econômico e da deterioração da qualidade de vida no

Estado, caracterizando a dupla dimensão de sua crise.

Nas jornadas seguintes, as discussões buscarão identificar os gargalos específicos e as linhas de ação recomendáveis, projetando futuras iniciativas.

Para isso, a estrutura temática foi assim definida:

1. crônica e bastidores dos fracassos dos grandes projetos reestruturantes no Estado do Rio, como Pólo Petroquímico, a despoluição da Baía da Guanabara e o ramal ferroviário do Cantagalo, entre outros;
2. abrangência e qualidade dos serviços prestados pelas empresas públicas estaduais e os objetivos e estratégias de privatização dessas empresas;
3. a omissão de nossa bancada parlamentar no Congresso Nacional;
4. na região metropolitana;
5. o descontrole e o espontaneís-

mo no processo de uso e ocupação;

6. o paroquialismo de nossas elites empresariais locais;

7. auge e desvirtuamento de nossas organizações de base comunitárias: a relação promíscua entre pobreza e marginalidade;

8. balanço geral, conclusões, propostas.

As jornadas foram estruturadas com a participação de quatro debatedores e um moderador. O esperado é um confronto de pensamentos e soluções e, por isso, foram selecionados nomes das mais distintas matizes político-ideológicas para cada um dos temas propostos.

As jornadas também serão gravadas em vídeo e, posteriormente, serão editados cadernos que condensarão, por temas, os principais elementos do diagnóstico e as principais proposições surgidas durante os debates.

Mesas redondas programadas:

JORNADAS DE JUNHO:

Primeira: Natureza e Origens da estagnação Econômica Fluminense.

Moderador: George Vidor (O Globo)

- Insuficiência da infraestrutura
- Falta de ação política em nível nacional
- Inexpressividade das lideranças empresariais
- Fracasso dos grandes projetos estruturais

Debatedores:

- Carlos Lessa (Corecon)
- Luiz Alfredo Salomão (Secr. de Ind. e Comércio)
- Carlos Salles (Xerox)
- Nelson Tanure (Verolme)
- Carlos Alberto Sucupira (Banco Garantia)
- Vitório Cabral
- Alexandre Leal

Data: 23/24/25 de junho.
Horário: 19:00 horas.

Segunda: Decadência da Qualidade de Vida no Estado do Rio.

Moderador: Evandro Carlos de Andrade (O Globo)

- Explosão da violência urbana
- Favelização acelerada

- Colapso das redes de educação e saúde
- Efeitos dos programas de estabilização sobre a renda real e o agravamento do processo de concentração da renda.

Debatedores:

- Jurandir Freire Costa (Psicanalista)
- Cidinha Campos (Deputada Federal)
- Roberto da Matta (Antropólogo)
- Tício Lins e Silva (Advogado)
- Herbert de Souza (Sociólogo)
- D. Valdir Calheiros (Bispo)
- D. Adriano Hipólito (Bispo)

Data: 23/24/25 de junho.
Horário: 19:00 horas

JORNADAS DE JULHO:

Primeira: Petroquímico e gás natural: crônica do fracasso

Moderador: Sérgio Quintella

- Artur Candal (Abiquim)
- Nelson Duplat
- Anthony Garotinho (Prefeito de Campos)
- Roberto Villa (Petrobrás)

Data: 21/22/23 de julho.
Horário: 19:00 horas

Segunda: Fracasso político: a

bancada do Rio de Janeiro se explica.

Moderador: Ricardo Boechat (O Globo)

- Saturnino Braga (PSB)
- Amaral Neto (PDS)
- Wladimir Palmeira (PT)
- César Maia (PMDB)
- Francisco Dornelles (PFL)
- Miro Teixeira (PDT)
- Álvaro Valle (PL)
- Jamil Haddad (PSB)
- Benedita da Silva (PT)

Data: 21/22/23 de julho.
Horário: 19:00 horas.

JORNADAS DE AGOSTO:

Primeira: Organização comunitária: pobreza e marginalidade numa sociedade em crise.

Moderador: Sérgio Zweiter (OAB)

Debatedores:

- Jó Rezende
- Benedita da Silva (Deputada Federal)
- Joãozinho Trinta (Carnavalesco)
- Paulo Ramos (Deputado Federal)
- Newton Cerqueira (Repres. da área militar)

- D. Valdir Calheiros (Bispo de Volta Redonda)
- José Paulo Neto
- Alba Zaluar (Socióloga)
- D. Adriano Hipólito (Bispo)
- Alda Marcantonio (De São Paulo)

Data: 18/19/20 de agosto.
Horário: 19:00 horas.

Segunda: A falta de representatividade das entidades empresariais.

Moderador: Sérgio Quintella

Debatedores:

- Ronaldo César Coelho (Deputado Federal / PSDB)
- Márcio Fortes
- Luiz Carlos Pires de Araújo (ABAMEC)
- Antonio Carlos Gil
- Carelos Marian Bittencourt (AD-Rio)
- J.C. Macedo Soares

Data: 18/19/20 de agosto
Horário: 19:00 horas.

JORNADA DE SETEMBRO:

Como tirar o Estado do Rio da crise: conclusões e sugestões.

Debatedores: a definir

Data: 08/09/10 de setembro
Horário: 19:00 horas.

Cumprindo uma imposição legal, uma vez que o não-pagamento da anuidade ao Corecon caracteriza exercício ilegal da profissão, de acordo com o Art. 3º da lei 6.021, de 3 de janeiro de 1974, estamos convidando os economistas em débito com o Conselho a regularizarem sua situação.

O aumento do índice de inadimplência registrado neste ano deve-se à crise que atravessamos. Compreendemos as dificuldades que todos enfrentam, mas é nosso dever alertar a classe para as implicações legais do não-pagamento.

Exatamente por causa da crise, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) decidiu congelar o valor das anuidades nos meses de maio e junho, passando a corrigí-las pela variação da UFIR a partir de 1º de julho. Por isso, estamos convidando os economistas que já pagaram a conta do mês de maio a comparecer ao Corecon, na avenida Rio Branco nº 109 — 19º andar, para receber a diferença.

Mais uma vez reafirmamos que o Conselho se encontra à disposição dos economistas, e que continuaremos ao longo deste ano, a exemplo do que fizemos em 1991, incentivando o debate para que possamos dar nossa contribuição à superação da crise.

Nossas cordiais saudações.

I N F O R M E
CORECON

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO